

E&P Infraestrutura S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025
com Relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
E&P Infraestrutura S.A.
Bauru – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da E&P Infraestrutura S.A. (“Companhia”), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da E&P Infraestrutura S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros de vida útil indefinida – Ágio – individual e consolidado

Veja a Notas 4 j(i), 8 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada possuem ativo intangíveis com vida útil indefinida – ágio, no montante de R\$ 80.397 mil, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e sujeitos a revisões quanto a sua recuperabilidade em cada data de reporte.</p> <p>Devido ao elevado grau de subjetividade envolvido nas premissas utilizadas pela Administração no teste de recuperabilidade do ágio, especialmente aquelas relacionadas à taxa de desconto, crescimento de receita, variáveis macroeconômicas, bem como a relevância dos saldos de ágio nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi considerado como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a consistência dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas pela administração;(ii) Envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas para auxiliar na revisão e avaliação das premissas utilizadas pela Companhia e sua controlada, tais como, taxa de desconto, crescimento de receita e variáveis macroeconômicas, por meio de comparação com premissas de mercado e validação de premissas internas, com base nas informações disponíveis.(iii) Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável do ágio, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

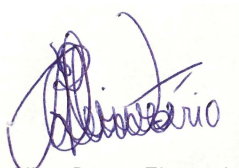
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Aline Peres Eleutério
Contadora CRC 1SP295291/O-0

E&P Infraestrutura S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	38.804	21.238	39.303	29.876
Contas a receber de clientes	6	69.413	52.022	72.406	75.791
Impostos a recuperar	7	15.727	5.735	16.029	22.599
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18.a	8.640	4.523	9.305	11.106
Outros recebíveis	11	1.449	886	1.728	3.644
Total do ativo circulante		134.033	84.404	138.771	143.016
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	31.528	24.907	31.528	28.736
Despesas antecipadas		728	806	771	1.541
Outros recebíveis	11	4.650	4.294	4.425	4.704
Depósitos judiciais	17	5.759	1.231	7.432	7.165
Ativo indenizatório de contingência	17	29.890	-	29.890	19.575
Ativo fiscal diferido	18.b	1.967	-	1.986	1.568
Total do realizável a longo prazo		74.522	31.238	76.032	63.289
Investimentos	8	4.657	163.022	-	-
Imobilizado	9	130.015	94.651	130.117	147.353
Intangível	10	85.975	-	86.622	88.936
Direito de uso		16.330	8.792	16.330	10.026
Total do ativo não circulante		311.499	297.703	309.101	309.604
		445.532	382.107	447.872	452.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Fornecedores	12	14.341	16.217	14.506	18.630
Empréstimos e financiamentos	13	14.464	29.331	14.464	29.331
Arrendamento a pagar		6.628	4.254	6.628	4.829
Debêntures	14	9.796	16.551	9.796	16.551
Salários, ordenados e encargos sociais	15	32.987	22.312	34.738	35.836
Impostos e taxas a recolher		3.375	1.074	3.580	1.895
Impostos parcelados		4.238	3.555	4.238	3.555
Superveniência de crédito tributário	7	11.710	-	11.710	11.710
Outras contas a pagar	16	1.795	8.998	1.505	20.614
Total do passivo circulante		99.334	102.292	101.165	142.951
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	11.321	7.893	11.321	7.893
Arrendamento a pagar		17.163	5.572	17.163	6.357
Debêntures	14	75.919	89.400	75.919	89.400
Impostos parcelados		4.715	3.609	4.715	3.609
Superveniência de crédito tributário	7	3.582	-	3.582	3.582
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	39.352	6.186	39.678	29.146
Outras contas a pagar	16	6.052	2.699	6.235	3.630
Passivo fiscal diferido	18	-	12.237	-	13.833
Total do passivo não circulante		158.104	127.596	158.613	157.450
Patrimônio líquido					
Capital social	19	268.412	203.396	268.412	203.396
Prejuízos acumulados		(80.318)	(51.177)	(80.318)	(51.177)
Total do patrimônio líquido		188.094	152.219	188.094	152.219
Total do passivo		257.438	229.888	259.778	300.401
Total do passivo e patrimônio líquido		445.532	382.107	447.872	452.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de serviços	21	405.978	315.898	454.777	537.292
Custos de serviços prestados	22	(391.274)	(258.730)	(428.336)	(447.986)
Lucro bruto		14.704	57.168	26.441	89.306
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	23	(44.984)	(27.496)	(48.786)	(50.914)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	12.555	989	6.207	2.700
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(17.725)	30.661	(16.138)	41.092
Receitas financeiras	25	4.222	1.823	4.479	2.661
Despesas financeiras	25	(30.073)	(28.871)	(30.136)	(29.447)
Resultado financeiro líquido		(25.851)	(27.048)	(25.657)	(26.786)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	8	153	7.062	-	-
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(43.423)	10.675	(41.795)	14.306
Imposto de renda e contribuição social:					
- Diferido	18	14.282	(5.322)	12.654	(8.953)
Imposto de renda e contribuição social		14.282	(5.322)	12.654	(8.953)
		(29.141)	5.353	(29.141)	5.353
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(29.141)	5.353	(29.141)	5.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(29.141)	5.353	(29.141)	5.353
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente no exercício	<u>(29.141)</u>	<u>5.353</u>	<u>(29.141)</u>	<u>5.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	197.122	(56.530)	140.592
Integralização do capital social	6.274		6.274
Prejuízo do exercício	-	5.353	5.353
Saldos em 31 de dezembro de 2024	203.396	(51.177)	152.219
Integralização do capital social	65.016		65.016
Prejuízo do exercício		(29.141)	(29.141)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	268.412	(80.318)	188.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

E&P Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(29.141)	5.353	(29.141)	5.353
Ajustes por:					
Despesas de depreciações	9	17.365	8.295	18.624	22.436
Amortizações de direito de uso, intangível e mais valia		13.075	11.883	13.182	5.159
Provisões e reversões para riscos cíveis e trabalhistas	17	33.166	4.789	10.532	4.946
Equivalência patrimonial		(153)	(7.062)	-	-
Resultado na baixa de ativos imobilizados		(2.455)	(2.473)	(2.621)	(2.473)
Juros apropriados empréstimos, financiamentos e debêntures	13	15.324	24.423	15.324	24.423
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	18 c	(14.282)	5.322	(12.654)	8.953
Variação nos ativos					
Contas a receber de clientes		6.289	(26.291)	594	(38.603)
Impostos a recuperar		12.842	2.529	6.570	10.792
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4.107)	(4.523)	1.801	(4.535)
Outros recebíveis		13.735	(76)	2.195	(1.304)
Despesas antecipadas		1.310	(298)	770	(1.031)
Depósitos judiciais		(4.499)	(581)	(267)	(2.575)
Ativo indenizatório de contingência		(10.314)	-	-	-
Variação nos passivos					
Fornecedores		(12.930)	1.593	(4.124)	2.390
Impostos e contribuições a recolher		611	503	1.685	918
Salários e férias a pagar		(1.687)	5.812	(1.098)	10
Impostos parcelados		1.790	(3.214)	1.790	(3.214)
Outras contas a pagar		(23.825)	6.395	(16.504)	5.804
Caixa gerado nas atividades operacionais		12.114	32.379	6.658	37.449
Juros pagos	13	(22.565)	(19.436)	(22.565)	(19.436)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(10.451)	12.943	(15.907)	18.013
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Caixa adquirido na combinação de negócios		-	-	-	1.572
Caixa adquirido na incorporação da controlada São Francisco Resgate	1.1	2.687	-	-	-
Pagamento São Francisco Resgate (nota 2.3.2)		-	(23.837)	-	(23.837)
Aquisição de ativo imobilizado		(15.252)	(3.255)	(15.248)	(9.291)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(12.565)	(27.092)	(15.248)	(31.556)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital		65.016	-	65.016	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(34.944)	(33.164)	(34.944)	(33.164)
Captação de empréstimos e financiamentos	13	10.510	30.000	10.510	30.000
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		40.582	(3.164)	40.582	(3.164)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa					
Aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		21.238	38.551	29.876	46.583
No fim do exercício		38.804	21.238	39.303	29.876
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		17.566	(17.313)	9.427	(16.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais), exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A E&P Infraestrutura S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, situada à Rua Miguel Buso, nº 03-37, Vila São João da Boa Vista, tendo suas atividades iniciadas em 02 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma parceira estratégica das concessionárias de rodovias, entre outros modais de transportes e complexos industriais, com atuação em manutenção e conservação de infraestrutura (incluindo áreas verdes, pavimentos, sistemas de drenagem e projetos de engenharia), além de atendimentos emergenciais com foco em resgate, remoção, formação de brigadas e combate à incêndio.

Visando otimizar sua atuação na área de serviços, a Companhia decidiu pela incorporação do acervo líquido da controlada São Francisco Resgate Ltda. no dia 1º de março de 2025, como movimento alinhado à estratégia de concentração das respectivas atividades empresariais, em estrutura societária própria.

Em razão do exposto, a incorporação da São Francisco Resgate Ltda. pretende atingir ao interesse de todos os sócios envolvidos, na busca pela simplificação e redução de custos para a Companhia como um todo, tendo ela sido já cuidadosamente examinada em reuniões havidas entre os seus sócios, respectivos departamentos técnicos, administradores e assessores jurídicos, que não vislumbraram qualquer fator que não recomendasse a sua realização.

1.1 Aquisição São Francisco Resgate

Em 1º de agosto de 2023 a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa São Francisco Resgate Ltda. (“SFR” ou “Adquirida” ou “São Francisco Resgate”). Fundada em 1997, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, a São Francisco Resgate é uma prestadora de serviços de resgate rodoviário e remoção urbana, líder de mercado, focada no atendimento de urgências e emergências em rodovias privadas, através de contratos com concessionárias, e na remoção de atendimento pré-hospitalar.

Incorporação São Francisco Resgate

Em 1º de março de 2025 a Companhia incorporou 100% do Patrimônio Líquido da controlada São Francisco Resgate Ltda., que foi extinta por incorporação.

O acervo líquido incorporado foi apurado com base nos saldos contábeis de 28 de fevereiro de 2025, conforme demonstrado abaixo:

Ativo	
Circulante	62.949
Caixa e equivalentes de caixa	2.687
Contas a receber de clientes	26.332
Impostos a recuperar	22.834
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11
Estoques	602
Outros recebíveis	10.483
Não circulante	80.166
Realizável a longo prazo	29.570
Contas a receber de clientes	3.969
Despesas antecipadas	1.232
Outros recebíveis	52
Depósitos judiciais	4.150
Ativo indenizatório de contingência	19.576
Ativo fiscal diferido	591
Permanente	50.596
Imobilizado	40.385
Intangível	9.084
Direito de uso	1.127
Total do ativo	143.115
Passivo	
Circulante	43.206
Fornecedores	11.053
Arrendamento a pagar	470
Salários, ordenados e encargos sociais	12.138
Impostos e taxas a recolher	1.914
Superveniência de crédito tributário	11.710
Outras contas a pagar	5.921
Não circulante	27.447
Arrendamento a pagar	786
Superveniência de crédito tributário	3.582
Provisão para demandas judiciais	21.718
Outras contas a pagar	692
Passivo fiscal diferido	669
Patrimônio líquido	72.462
Capital social	32.305
Reservas de lucros	40.157
Total do passivo e patrimônio líquido	143.115
ACERVO LÍQUIDO	72.462

Os efeitos contábeis da incorporação, considerado o acervo líquido em 31 de dezembro de 2024 e considerando as movimentações até 1º de março de 2025, data do ato societário de aprovação da incorporação:

Ativo	<u>Acervo laudo de</u> <u>incorporação</u> <u>31.12.2024</u>	<u>Movimentação</u> <u>01.01.2025 a</u> <u>28.02.2025</u>	<u>Valor a ser</u> <u>incorporado em</u> <u>01.03.2025</u>
Circulante	57.708	5.241	62.949
Caixa e equivalentes de caixa	5.698	(3.011)	2.687
Contas a receber de clientes	24.698	1.634	26.332
Impostos a recuperar	16.229	6.605	22.834
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.587	(6.576)	11
Estoques	584	18	602
Outros recebíveis	3.912	6.571	10.483
Não circulante	50.468	29.698	80.166
Realizável a longo prazo	8.703	20.867	29.570
Contas a receber de clientes	3.830	139	3.969
Despesas antecipadas	659	573	1.232
Outros recebíveis	51	1	52
Depósitos judiciais	4.163	(13)	4.150
Ativo indenizatório de contingência	-	19.576	19.576
Ativo fiscal diferido	-	591	591
Permanente	41.766	8.830	50.596
Imobilizado	40.651	(266)	40.385
Intangível	6	9.078	9.084
Direito de uso	1.109	18	1.127
Total do ativo	108.177	34.938	143.115
Passivo			
Circulante	26.241	16.965	43.206
Fornecedores	12.293	(1.240)	11.053
Arrendamento a pagar	537	(67)	470
Salários, ordenados e encargos sociais	12.311	(173)	12.138
Impostos e taxas a recolher	672	1.242	1.914
Superveniência de crédito tributário	-	11.710	11.710
Outras contas a pagar	428	5.493	5.921
Não circulante	12.932	14.515	27.447
Arrendamento a pagar	571	215	786
Superveniência de crédito tributário	-	3.582	3.582
Provisão para demandas judiciais	6.687	15.031	21.718
Outras contas a pagar	674	18	692
Passivo fiscal diferido	5.000	(4.331)	669
Patrimônio líquido	69.004	3.458	72.462
Capital social	32.305	-	32.305
Reservas de lucros	36.699	3.458	40.157
Total do passivo e patrimônio líquido	108.177	34.938	143.115

Os efeitos contábeis no balanço patrimonial da Controladora, referente à incorporação do patrimônio da controlada São Francisco Resgate Ltda. na Companhia foram:

	Saldos antes da incorporação 28.02.2025	Efeitos da incorporação	Saldos após a incorporação 01.03.2025
Ativo			
Circulante	68.225	62.949	131.174
Caixa e equivalentes de caixa	13.504	2.687	16.191
Contas a receber de clientes	38.442	26.332	64.774
Impostos a recuperar	3.552	22.834	26.386
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.317	11	6.328
Estoques	-	602	602
Outros recebíveis	6.410	10.483	16.893
Não circulante	292.536	7.704	300.240
Realizável a longo prazo	29.136	29.570	58.706
Contas a receber de clientes	25.784	3.969	29.753
Despesas antecipadas	2.110	1.232	3.342
Outros recebíveis	-	52	52
Depósitos judiciais	1.242	4.150	5.392
Ativo indenizatório de contingência	-	19.576	19.576
Ativo fiscal diferido	-	591	591
Permanente	263.400	(21.866)	241.534
Investimentos	159.915	(72.462)	87.453
Imobilizado	95.471	40.385	135.856
Intangível	-	9.084	9.084
Direito de uso	8.014	1.127	9.141
Total do ativo	360.761	70.653	431.414
Passivo			
Circulante	97.100	43.206	140.306
Fornecedores	18.578	11.053	29.631
Empréstimos e financiamentos	16.828	-	16.828
Arrendamento a pagar	3.514	470	3.984
Debêntures	24.490	-	24.490
Salários, ordenados e encargos sociais	20.586	12.138	32.724
Impostos e taxas a recolher	2.300	1.914	4.214
Impostos parcelados	3.018	-	3.018
Superveniência de crédito tributário	-	11.710	11.710
Outras contas a pagar	7.786	5.921	13.707
Não circulante	126.729	27.447	154.176
Empréstimos e financiamentos	19.992	-	19.992
Arrendamento a pagar	5.571	786	6.357
Debêntures	75.918	-	75.918
Impostos parcelados	3.609	-	3.609
Superveniência de crédito tributário	-	3.582	3.582
Provisão para demandas judiciais	5.304	21.718	27.022
Outras contas a pagar	4.099	692	4.791
Passivo fiscal diferido	12.236	669	12.906
Patrimônio líquido	136.932	-	136.932
Capital social	203.396	-	203.396
Reservas de lucros	(66.464)	-	(66.464)
Total do passivo e patrimônio líquido	360.761	70.653	431.414

1.2 Aquisição Falck Fire & Safety

Em 10 de outubro de 2024 a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa Falck Fire & Safety do Brasil Ltda. (“Falck” ou “Adquirida” ou “Falck Fire”). Fundada em 2010, originalmente com sede no Estado do Rio de Janeiro - RJ, a Falck Fire é uma empresa que atua na área de segurança e prevenção de incêndios, oferecendo serviços e soluções para proteger vidas junto à malha aeroportuária brasileira.

Em 2025 houve a alteração da razão social para São Francisco Atendimento Emergencial Ltda.

O preço total da transação inicialmente previsto no contrato é de R\$100 (cem reais) na data de fechamento.

Foi celebrado o Instrumento Particular de Transferência de Quotas que definiu os termos e as condições para a transferência de 100% das quotas representativas do capital social da Falck Fire. Após celebração do Termo de Fechamento, formalizou-se a conclusão da operação e as condições precedentes e das transferências de controle. Na avaliação realizada pela Administração dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Falck Fire, estão incluídos *inputs* (relacionamento com clientes) processos e força de trabalho organizada. A Administração avaliou e determinou que, juntos, os *inputs* e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (*outputs*). A Administração concluiu que o conjunto adquirido é uma combinação de negócio, conforme CPC 15 - Combinação de Negócios.

A Companhia consolidou no exercício de 31 de dezembro de 2024 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 10 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, oriundos da aquisição, de R\$ 3.416 e R\$ 31, respectivamente.

i) Contraprestação transferida e a transferir

Valor presente da transação
 (-) Montante pago no exercício de 2024
 Contas a pagar por aquisição de investimento

Valores expressos em reais
 100 (cem reais)
 (100) (cem reais)

-

ii) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição da Falck Fire & Safety do Brasil Ltda..

	10 de outubro de 2024		
	Saldos conforme livros contábeis	Valor justo identificado	Saldos a valor justo
Caixas e bancos	1.572	-	1.572
Clientes	1.094	-	1.094
Impostos a recuperar	632	-	632
Outros créditos a receber	1.727	-	1.727
Despesas antecipadas	127	-	127
Impostos de renda e contribuição social diferidos	978	-	978
Imobilizado (nota explicativa nº 9)	375	-	375
Intangível (nota explicativa nº 10)	-	1.595	1.595
Total dos ativos	6.505	1.595	8.100

	10 de outubro de 2024		
	Saldos conforme livros contábeis	Valor justo identificado	Saldos a valor justo
Fornecedores	2	-	2
Adiantamento de clientes	4.471	-	4.471
Obrigações fiscais	191	-	191
Salários e benefícios sociais a pagar	1.673	-	1.673
Outras contas a pagar	167	-	167
Provisão para contingências	1.275	2.795	4.070
Patrimônio líquido	(1.274)	(1.200)	(2.474)
Total do passivo	6.505	1.595	8.100

iii) Mensuração de valor justo

De acordo com as definições do CPC 15 – Combinação de Negócios, o valor padrão a ser utilizado na aplicação das regras de contabilidade de aquisição é o valor justo. Para determinar o valor justo foi elaborado o laudo de alocação do preço de compra (PPA) pela empresa especializada Crowe Macro GCA Consultoria Empresarial Ltda., que utilizou como técnica de avaliação para mensuração a Norma Brasileira de Avaliação publicada pela ABNT, ou seja, preços cotados em mercados ativos quando disponíveis. Porém se os preços cotados de mercado não estavam disponíveis, sendo assim, a estimativa de valor justo foi baseada na melhor informação disponível, incluindo os preços para ativos e passivos semelhantes, e os resultados de outras técnicas de avaliação.

Ativos adquiridos

Imobilizado
 Intangível

Técnicas de avaliação

Norma Brasileira de Avaliações publicada pela ABNT
 Método do Custo de Substituição de Abordagem do Custo

iv) Ágio

O ágio reconhecido foi determinado conforme segue:

Preço à vista	-
Ajuste caixa líquido	(172)
% adquirido	100%
Patrimônio líquido adquirido	<u>1.274</u>
Preço excedente na aquisição	1.102
Valor justo alocado	
(-) Carteira de clientes	(1.595)
(+) Provisão para contingências	<u>2.795</u>
Ágio	<u>2.302</u>

v) Mensuração de valor justo

De acordo com as definições do CPC 15 – Combinação de Negócios, o valor padrão a ser utilizado na aplicação das regras de contabilidade de aquisição é o valor justo.

- (a) **Carteira de clientes:** utilizado o método *Multi-Period Excess Earnings* - MPEEM com vida útil de definida de acordo com os contratos que possuem vida útil de 375 meses a 13 anos; e
- (b) **O ágio:** apurado na data de aquisição foi de R\$ 2.302 e compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos da expectativa de rentabilidade futura decorrentes da aquisição.

Não foi calculado imposto de renda e contribuição social diferido referente as alocações do PPA (mais valia, ágio e ativos de contrato), pois a Companhia tem a intenção de incorporar a controlada no futuro.

2 Entidades do Grupo

2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre a Companhia e sua controlada, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada (denominada “Grupo”), relacionada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía participação na seguinte controlada direta:

Controladas	País	Participação em 2025	Participação em 2024
São Francisco Atendimento Emergencial Ltda. (anteriormente denominada Falck Fire & Safety do Brasil Ltda.)	Brasil	100%	100%
São Francisco Resgate Ltda. (i)	Brasil	-	100%

(i) Companhia incorporada em 01 de março de 2025, conforme nota explicativa nº 1.1.

2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

a. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 2.1.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações contábeis estão apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo

exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 2.3** - aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
- **Nota explicativa nº 9** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 10** - Análise de recuperabilidade de intangível de vida útil indefinida;
- **Nota explicativa nº 17** - Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis; e
- **Nota explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado (CPC 25).

Se tal reconhecimento não puder ser efetuado pela possibilidade de que a Fazenda ingresse com algum recurso, mesmo que a matéria já tenha sido julgada com repercussão geral em favor do contribuinte, este princípio restará de difícil observância e aplicação no Brasil, pois após o trânsito em julgado ainda existe a possibilidade de ação rescisória e, além disso, o contribuinte obrigatoriamente deverá habilitar seu crédito perante a Receita Federal.

d. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4 Políticas contábeis materiais

A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Uma empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações com controladas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações com controladas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) *Combinação de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

c. Receita de contrato com cliente

(i) Prestação de serviços

A Companhia e sua controlada adotaram o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, essa norma tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente, pelo valor que reflita a contraprestação pelo qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (o preço da transação). Se determinados critérios forem cumpridos, a receita é reconhecida:

- Ao longo do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade; ou
- Em um momento específico no tempo, quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente.

A Companhia e sua controlada adotaram como critério no reconhecimento de suas vendas, no ponto de transferência aos seus clientes, todos os riscos e benefícios significativos da operação, e a receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e outras deduções similares. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando (i) já houve a execução do serviço contratado; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia e sua controlada; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade.

As receitas de serviços são compostas por receitas de armazenagem, transporte, aluguéis, dentre outros.

Tipo de produto / serviço	Natureza	Política de reconhecimento da receita
Contrato por administração	A Companhia disponibiliza a mão de obra e recursos (equipamentos), sendo todo o serviço prestado de responsabilidade do cliente contratante.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.
Híbrido	Contratos que possuem mais de uma modalidade de	Medições são realizadas para aprovação junto ao

Tipo de produto / serviço	Natureza	Política de reconhecimento da receita
	execução, podendo ser “Contrato por administração”, “Performance” ou “Preço unitário”.	cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.
Performance	Todos os detalhes dos serviços a serem executados são estabelecidos em contrato, e a execução deverá estar em total alinhamento às regras e padrões técnicos exigidos das concessionárias, e também pelos órgãos reguladores (Termos de referência da ARTESP/ANTT). Serviços prestados que não se enquadram nos padrões de qualidade geram descontos de qualidade nas medições, de forma a ressarcir o cliente com possíveis autuações dos órgãos reguladores.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.
Preço global	É um contrato que envolve um preço fixo para executar um determinado serviço, onde o preço é fixado, podendo ocorrer variações por reajustes ou por diferenças entre o serviço orçado versus o realizado.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.
Preço unitário	Modalidade de contrato no qual os preços são especificados em uma listagem de itens e serviços a preços fixados, apresentados para o cliente. Conforme as medições vão sendo realizadas, os valores constantes na lista de preços são aplicados.	Medições são realizadas para aprovação junto ao cliente do valor a ser faturado. Para serviços prestados entre dois meses são reconhecidos proporcionalmente ao mês da execução, porém o faturamento fiscal ocorrerá no subsequente.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Venda de ativos utilizados na prestação de serviços

Reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos ativos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

d. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos, receitas de aplicações financeiras, operações de hedge, atualizações de créditos tributário e variações cambiais ativas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações cambiais passivas, operações com hedge, IOF e perdas em investimentos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

e. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

f. Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Conforme mencionamos na nota explicativa 4, a Companhia e sua controlada realizaram o estudo sobre a vida útil dos ativos imobilizados e com isso as taxas médias anuais utilizadas para depreciação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram:

Equipamentos de informática	10%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	5,88%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	6,66%

j. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos pelo método linear.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, conforme quadro na Nota 10. A taxa utilizada ao mês para amortização de *software* é 2,18%.

k. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração:

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos

fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um

derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Alguns contratos com clientes possuem regras de caução sobre o valor faturado, que são valores retidos sobre as notas fiscais emitidas no mês, que ficam pendentes de recebimento pela Companhia. O objetivo da caução é a formatação de um valor que garanta aos clientes que possíveis contingências durante a execução do contrato serão devidamente financiadas pela Companhia. Em média as retenções variam de 5% a 10% sobre o valor bruto da nota fiscal emitida. Caso não sejam identificadas contingências, os valores são efetivamente pagos pelo cliente, ao término ou durante a execução do contrato.

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida

remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são

designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

I. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

m. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

n. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

o. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

p. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

a) CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e sua controlada ainda estão em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e sua controlada também avaliam o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras normas contábeis:

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeira da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alteração IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c) Reforma tributária:

Em 16 de janeiro de 2025 foi regulamentada a Lei Complementar nº 214, que altera profundamente o sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A reforma introduz o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência Federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência Estadual e Municipal. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS) sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Posicionamento da Companhia:

A Administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma, e conduz estudos de impacto em suas operações, que contemplam:

- **Avaliação de Alíquotas:** Análise da carga tributária projetada sob a alíquota padrão estimada, considerando os regimes de redução e isenções aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, sendo identificada a oportunidade de redução de 60% nas

alíquotas de IBS e CBS incidentes sobre serviços com ambulâncias, conforme anexo III do Art. 128 da LC 214.

- **Créditos Tributários:** Revisão da política de aproveitamento de créditos, dado que o novo modelo adota o princípio da não cumulatividade plena.
- **Sistemas e Processos:** Planejamento para a adaptação dos sistemas de tecnologia da informação e conformidade fiscal (ERP e documentos eletrônicos) para as fases de transição em 2026.
- **Contratos e Preços:** Avaliação de cláusulas contratuais de longo prazo e potencial necessidade de revisão de preços em função da alteração na composição dos tributos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	78	118	76	118
Aplicações financeiras (i)	38.726	21.120	39.227	29.758
	38.804	21.238	39.303	29.876

- (i) As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante estão representadas por quotas de fundos de Depósito Interbancário - DI e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. Essas aplicações foram contratadas com instituições de primeira linha com índice de rendimento equivalente a 100% a.a. dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI (100% a.a. em 2025).

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber	64.992	55.759	66.664	75.300
Medições a faturar (i)	35.949	21.170	37.270	29.227
	100.941	76.929	103.934	104.527
Circulante	69.413	52.022	72.406	75.791
Não circulante (ii)	31.528	24.907	31.528	28.736

(i) Refere-se à prestação de serviços efetivamente executados, porém não faturados, por abrangerem mais de um período de medição. A parcela do serviço efetivamente prestado até dezembro de 2025 é reconhecida como medição a faturar, e será faturada no período seguinte, quando mensurados os serviços prestados no mês subsequente.

(ii) Alguns contratos com clientes possuem regras de caução sobre o valor faturado, que são valores retidos sobre as notas fiscais emitidas no mês, que ficam pendentes de recebimento pela Companhia. O objetivo da caução é a formatação de um valor que garanta aos clientes que possíveis contingências durante a execução do contrato, serão devidamente financiadas pela Companhia.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia e sua controlada consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi

inicialmente concedido até o fim do período.

a. Composição da carteira de duplicatas a receber por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	95.862	63.694	98.674	82.907
Vencidas entre 1 e 30 dias	4.049	4.952	4.229	8.168
Vencidas entre 31 e 60 dias	1	660	1	1.378
Vencidas entre 61 e 90 dias	8	3.841	8	4.471
Vencidas entre 91 e 180 dias	311	732	311	2.245
Vencidas entre 181 e 365 dias	422	2.498	422	2.498
Vencidos há mais de 365 dias	288	552	289	2.860
	100.941	76.929	103.934	104.527

b. Movimentação da provisão esperada de crédito

	Controladora
Saldos em 01 de janeiro 2024	(267)
Reconhecimento na aquisição de controle	-
Reversão da provisão esperada de crédito	267
Saldos em 31 de dezembro 2024	-

A provisão de perdas estimada é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos estão apresentados na Nota explicativa nº 26.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.049	-	1.049	1.049
Programa de integração social - PIS	226	-	226	226
Contribuição social retida na fonte – CSRF (i) (ii)	4.948	3.159	4.948	6.976
INSS a recuperar (i) (ii)	-	-	107	5.212
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (i)	6.971	2.576	7.060	8.206
Outros impostos	2.533	-	2.639	930
	15.727	5.735	16.029	22.599

- (i) O crédito de INSS é gerado através das retenções sofridas sobre as notas fiscais emitidas pela controlada, e utilizados mensalmente, e integralmente, na apuração do INSS sobre a folha de pagamento. No exercício de 2025 a controladora utilizou R\$ 22.594 créditos de INSS (próprios), equivalentes a 100% das retenções ocorridas no exercício.
- (ii) Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social, que foram retidos sobre os faturamentos dos serviços prestados no exercício de 2024, foram 100% recuperados em 2025 através da entrega de Per-Dcomp (Pedido Eletrônico de Ressarcimento e Declaração de Compensação), no montante de R\$ 18.039 (créditos próprios).

Garantia

Os saldos referentes ao INSS a recuperar e Contribuição Social retida na fonte, foram dados em garantia na operação da Debênture, porém o saldo remanescente pode ser utilizado pela Companhia, e a cada exercício fiscal é utilizado para reduzir a dívida líquida no cálculo do *covenants*, conforme estabelecido em contrato.

	2023	(-) Utilizado	2024
Impostos a recuperar	25.982	(16.953)	9.029
Superveniência de créditos tributários - passivo	-	-	(15.292)
Saldo	25.982	(16.593)	(6.263)
	31/12/2024	(-) utilizado	31/12/2025
Impostos a recuperar	9.029	(5.193)	3.836
Superveniência de crédito tributário – passivo	(15.292)	-	(15.292)
Saldo	(6.263)	(5.193)	(11.456)

Impostos a recuperar restituíveis

Na aquisição da controlada São Francisco Resgate Ltda. no ano de 2023, foi acordado que a Companhia deverá restituir a vendedora referente aos impostos recuperáveis determinados no contrato de compra e venda, os montantes foram mensurados a valor justo na data da aquisição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superveniência de créditos tributários - circulante	11.710	11.710
Superveniência de créditos tributários – não circulante	3.582	3.582
Total do passivo	<u>15.292</u>	<u>15.292</u>

Os saldos remanescentes de INSS a recuperar e Contribuição social retida na fonte em 28 de fevereiro de 2025, foram integralmente incorporados pela controladora, e durante o exercício de 2025 a totalidade do saldo de INSS foi utilizada na compensação de débitos Federais.

8 Investimentos

Investimento em controladas

Controladas	Participação	Investimento 2025	Investimento 2024
São Francisco Atendimento Emergencial Ltda. (anteriormente denominada Falck Fire & Safety do Brasil Ltda.)	100%	4.657	2.654
São Francisco Resgate Ltda. (i)	100%	-	160.368
		<u>4.657</u>	<u>163.022</u>
		Equivalência patrimonial 2025	Equivalência patrimonial 2024
São Francisco Atendimento Emergencial Ltda. (anteriormente denominada Falck Fire & Safety do Brasil Ltda.)	100%	2.003	31
São Francisco Resgate Ltda.(i)	100%	(1.850)	7.031
		<u>153</u>	<u>7.062</u>

- (i) A controlada São Francisco Resgate Ltda. foi integralmente incorporada pela controladora em 1º de março de 2025, e a equivalência patrimonial apresentada (1.850), refere-se aos resultados de janeiro e fevereiro de 2025 (resultado antes da incorporação).

a. Informações sobre a controlada direta São Francisco Resgate Ltda.

Em 28 de fevereiro de 2025 (saldos incorporados pela controladora):

	28/02/2025 (data base da incorporação)	2024
Ativo circulante	62.949	51.837
Ativo não circulante	80.165	70.340
Total do ativo	143.114	122.177
Passivo circulante	43.206	38.034
Passivo não circulante	27.446	26.760
Patrimônio líquido	72.462	57.383
Total do passivo e patrimônio líquido	143.114	122.177
Receita operacional líquida	31.590	217.978
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(1.850)	7.031

b. Movimentação dos investimentos:

	2024
Informações sobre a investida	
Saldo em 01 de janeiro de 2024	160.320
Resultado do exercício de 2024	7.031
(-) Amortização mais valia dos ativos adquiridos	(6.983)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2024	160.368
Resultado antes da incorporação (janeiro e fevereiro)	(1.850)
(-) Amortização mais valia dos ativos adquiridos	(7.802)
(-) Baixa do investimento por incorporação 1º de março de 2025	(72.462)
(-) Transferência para ativo intangível – Ágio	(78.254)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2025	-

**c. Informações sobre a controlada direta São Francisco Atendimento Emergencial Ltda.
Em 31 de dezembro de 2025**

	2025	2024
São Francisco Atendimento Emergencial Ltda.		
Ativo circulante	5.025	4.628
Ativo não circulante	1.847	3.105
Total do ativo	6.872	7.733
Passivo circulante	2.345	2.625
Passivo não circulante	509	3.093
Patrimônio líquido	4.018	2.015
Total do passivo e patrimônio líquido	6.872	7.733
Receita operacional líquida	17.209	3.416
Lucro líquido do exercício	2.003	31

d. Movimentação dos investimentos:

	2024
Informações sobre a investida	
Quantidade de ações possuídas	
Percentual de participação	100%
Patrimônio líquido em 10 de outubro de 2024 (nota explicativa 2.3.1)	(1.274)
Movimentação do investimento	

Patrimônio líquido em 10 de outubro de 2024	(1.274)
Ágio e mais valia de ativos /passivos adquiridos /assumidos na combinação de negócios	3.897
Resultado do exercício de 2024	31
Saldo no final em 31 de dezembro de 2024	2.654
 Movimentação do investimento	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	2.654
Resultado do exercício de 2025	2.003
Saldo no final em 31 de dezembro de 2025	4.657

9 Imobilizado

i) Controladora

Saldo Líquido	2025	2024
Máquinas e ferramentas	40.208	43.873
Móveis e utensílios	1.566	290
Veículos	78.725	49.593
Computadores e periféricos	1.104	481
Instalações	295	14
Equipamentos de salvamento	7.436	-
Outros	681	400
	130.015	94.651

Custo	2024	Adições (i)	Baixas	2025
Máquinas e ferramentas	66.033	7.280	(482)	72.831
Móveis e utensílios	528	1.783	(2)	2.309
Veículos	75.108	71.707	(1.719)	145.095
Computadores e periféricos	1.180	1.325	(5)	2.500
Instalações	24	369	-	393
Equipamentos de salvamento	-	13.309	(21)	13.288
Outros	400	326	-	726
	143.273	96.099	(2.229)	237.143
Depreciação	2024	Adições (i)	Baixas	2025
Máquinas e ferramentas	(22.160)	(11.964)	500	(32.623)
Móveis e utensílios	(238)	(505)	-	(743)
Veículos	(25.515)	(41.916)	1.061	(66.370)
Computadores e periféricos	(699)	(697)	-	(1.396)
Instalações	(10)	(88)	-	(98)
Equipamentos de salvamento	-	(5.852)	-	(5.852)
Outros	-	(45)	-	(45)
	(48.622)	(60.067)	1.561	(107.127)
	94.651	33.504	(668)	130.015

(i) Em 28 de fevereiro de 2025 a controladora incorporou 100% dos saldos da controlada São Francisco Resgate Ltda., sendo 82.262 de custo e (41.878) de depreciação acumulada.

Custo	2023	Adições	2024
Máquinas e ferramentas	62.695	3.338	66.033
Computadores e periféricos	810	370	1.180
Móveis e utensílios	435	93	528
Instalações	15	9	24
Veículos	71.311	3.797	75.108
Outros	400	-	400
	135.666	7.607	143.273
Depreciação	2023	Adições	2024

Máquinas e ferramentas	(19.435)	(2.725)	(22.160)
Computadores e periféricos	(334)	(365)	(699)
Móveis e utensílios	(165)	(73)	(238)
Instalações	(1)	(9)	(10)
Veículos	(20.392)	(5.123)	(25.515)
	(40.327)	(8.295)	(48.622)
	95.339	(688)	94.651

ii) Consolidado

Saldo Líquido	2025	2024
Máquinas e ferramentas	47.647	51.798
Móveis e utensílios	1.584	1.578
Veículos	76.044	92.027
Computadores e periféricos	1.172	846
Instalações	331	361
Equipamentos de salvamento	948	-
Outros	2.391	743
	130.117	147.353

Custo	2024	Adições	Baixas	2025
Máquinas e ferramentas	86.014	6.088	(482)	91.620
Móveis e utensílios	2.120	194	(2)	2.312
Veículos	157.922	5.060	(1.719)	161.263
Computadores e periféricos	1.949	622	(5)	2.566
Instalações	449	13	-	462
Equipamentos de salvamento	-	1.002	(21)	981
Outros	754	1.648	-	2.402
	249.208	14.627	(2.229)	261.606

E&P Infraestrutura S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Depreciação	2024	Adições	Baixas	2025
Máquinas e ferramentas	(34.216)	(10.256)	500	(43.973)
Móveis e utensílios	(542)	(186)	-	(728)
Veículos	(65.895)	(14.956)	1.061	(85.219)
Computadores e periféricos	(1.103)	(291)	-	(1.394)
Instalações	(88)	(43)	-	(131)
Equipamentos de salvamento	-	(33)	-	(33)
Outros	(11)	-	-	(11)
	(101.855)	(25.765)	1.561	(131.489)
	147.353	(19.097)	(668)	130.117

Custo	2023	Adições	Baixas	Adição por aquisição de controle (i)	2024
Máquinas e ferramentas	78.436	5.843	(1.238)	2.973	86.014
Computadores e periféricos	1.263	602	(42)	126	1.949
Móveis e utensílios	1.844	248	(2)	30	2.120
Instalações	120	329	-	-	449
Veículos	143.486	16.700	(2.467)	203	157.922
Outros	754	-	-	-	754
	225.903	23.722	(3.749)	3.332	249.208

Depreciação	2023	Adições	Baixas	Depreciação por aquisição de controle (i)	2024
Máquinas e ferramentas	(25.709)	(6.876)	1.041	(2.672)	(34.216)
Computadores e periféricos	(681)	(363)	-	(59)	(1.103)
Móveis e utensílios	(344)	(168)	-	(30)	(542)
Instalações	(62)	(26)	-	-	(88)
Veículos	(52.823)	(15.003)	2.127	(196)	(65.895)
Outros	(11)	-	-	-	(11)
	(79.630)	(22.436)	3.168	(2.957)	(101.855)
	146.273	1.286	(581)	375	147.353

(i) Conforme nota 2.3.2 ativos identificáveis adquirido em 10 de outubro de 2024 a Companhia adquiriu o controle da Falck Fire & Safety do Brasil Ltda.

Garantia

O Grupo possui veículos dados em garantia, em sua maioria vinculados ao contrato de debêntures, com valores aproximados de R\$ 21.902 (R\$ 28.868 em 31 de dezembro de 2024).

Vida útil dos ativos

A Companhia e sua controlada efetuaram a revisão da vida útil do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, o Grupo avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

10 Intangível

a) Controladora

	<u>Ágio</u>	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Softwares</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Adição por incorporação	79.750	6.159	66	85.975
Saldo em 31 de dezembro de 2025	79.750	6.159	66	85.975

b) Consolidado

	<u>Ágio</u>	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Softwares</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2023	78.095	6.658	910	85.653
Adição via aquisição – Nota 1.2	2.302	1.595	-	3.897
Amortizações do exercício	-	(612)	(2)	(614)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	80.397	7.641	908	88.946
Adição	-	-	66	66
Baixa	-	-	(908)	(908)
Amortizações do exercício	-	(1.482)	-	(1.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	80.397	6.159	66	86.622

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de *softwares*, marcas e patentes e ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Todos os ativos intangíveis possuem vida útil dos ativos intangíveis definida e são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Teste do ágio para verificação de *impairment*

a) Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura

O ágio registrado pela Companhia é fundamentado na expectativa de geração de lucros futuros. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou o teste anual de recuperabilidade (*impairment*) para avaliar se o valor contábil dos ativos excede seu valor recuperável.

b) Metodologia e Premissas Utilizadas

O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD). As projeções abrangem o período de 5 anos (2026 a 2030), seguidas pela aplicação de valor residual (perpetuidade).

As principais premissas macroeconômicas e operacionais adotadas no modelo foram:

- **Crescimento da Receita Líquida:** Para o exercício de 2026, a Companhia projetou um crescimento de 16,65%, esta taxa de crescimento é amparada pelo incremento de contratos que iniciaram no decorrer de 2025 e se normalizam em 2026, incremento de contratos firmados em 2025 que iniciam no decorrer de 2026, além de renegociações e renovações de contratos realizados no decorrer de 2025, superiores à inflação, que se normalizam em 2026. Em 2026 contemplamos também pleitos de reajustes em contratos menos rentáveis. Para o período de 2027 a 2030 a taxa de crescimento estimada foi de 3,5% ao ano.
- **Taxa de Desconto (WACC):** O fluxo de caixa foi descontado a uma taxa nominal de 13,36% ao ano, calculada com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), considerando o risco do setor e a estrutura de capital da Companhia.
- **Crescimento na Perpetuidade (g):** Para os fluxos de caixa após o quinto ano, foi utilizada uma taxa de crescimento nominal de 3,5%, em linha com as expectativas de inflação de longo prazo e o crescimento do setor.
- **Indicadores Econômicos:** As projeções de custos e despesas para o período de 2026 a 2029 consideraram as metas de inflação medidas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) projetadas para o respectivo período.

c) Conclusão do Teste

Com base nos testes realizados, o valor recuperável apurado mostrou-se superior ao valor contábil dos ativos líquidos da Unidade Geradora de Caixa (UGC), não sendo necessária a constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11 Outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Consórcios não contemplados	4.362	4.253	4.361	4.253
Outras contas a receber	1.512	927	1.792	4.095
Partes relacionadas	225	-	-	-
	6.099	5.180	6.153	8.348
Circulante	1.449	886	1.728	3.644
Não circulante	4.650	4.294	4.425	4.704
	6.099	5.180	6.153	8.348

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Nacionais ⁽ⁱ⁾	14.341	16.217	14.506	18.630
	14.341	16.217	14.506	18.630

- (i) O prazo médio de pagamento do passivo circulante é de 35 dias, os saldos a serem pagos estão vinculados aos custos da prestação de serviços, entre outras despesas operacionais e administrativas.

13 Empréstimos e financiamentos

Composição				Controladora		Consolidado	
Modalidades	Encargos	Garantias	Vencimento	2025	2024	2025	2024
CDC	1,16% a.m.		abr/30	25.549	37.224	25.549	37.224
Outros				236	-	236	-
				25.785	37.224	25.785	37.224
Circulante				14.464	29.331	14.464	29.331
Não circulante				11.321	7.893	11.321	7.893
				25.785	37.224	25.785	37.224

- (i) A Companhia e sua controlada contratou arrendamentos financeiros para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm opção de compra dos bens por valor residual definido em contrato, mas não possuem cláusulas de reajuste de preço.

a. Movimentação

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures (nota explicativa nº 14)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	20.509	120.843	141.351
Captações	30.000	-	30.000
Juros provisionados	7.872	16.551	24.423
Pagamento de principal	(18.470)	(14.694)	(33.164)
Pagamento de juros	(2.687)	(16.749)	(19.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.224	105.951	143.175
Captações	10.510	-	10.510
Juros provisionados	-	15.324	15.324
Pagamento de principal	(15.353)	(19.591)	(34.944)
Pagamento de juros	(6.596)	(15.969)	(22.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.785	85.715	111.500

b. Aging saldo não circulante

Os montantes no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	3.432	-	3.432
2027	8.867	3.301	8.867	3.301
2028	791	1.100	791	1.100
2029	1.272	30	1.272	30
Após 2030	391	30	391	30
	11.321	7.893	11.321	7.893

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados ou por *aval* dos sócios da Companhia e de sua controlada direta e não possuem cláusulas restritivas.

14 Debêntures (Controladora e Consolidado)

	Taxa média de juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1ª Emissão de debêntures	100% CDI + Spread 4% a.a.	07/29	85.715	105.951	85.715	105.951
			85.715	105.951	85.715	105.951
Circulante			9.796	16.551	9.796	16.551
Não circulante			75.919	89.400	75.919	89.400

Primeira emissão de debêntures, de acordo com os termos e condições definidos no instrumento particular de escritura da 1ª emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, da E&P Infraestrutura S.A. perfazendo o valor total da emissão em R\$ 120.000 com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) com prazo de vencimento em julho de 2029.

As debêntures foram subscritas e integralizadas à vista, a partir da data de início da distribuição. O preço de integralização (i) na primeira data de integralização será o seu valor unitário, e (ii) nas datas de integralização posteriores à primeira data de integralização, será o valor unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização até a data da efetiva integralização, sem a possibilidade de subscrição com ágio ou deságio.

Em setembro de 2025 a Companhia procedeu a uma repactuação do índice financeiro das debêntures, se comprometendo, durante a vigência das debêntures, garantir a manutenção do índice financeiro obtido pela divisão de sua dívida financeira líquida pelo seu EBITDA, até o limite de 9,1 vezes (duas vezes o EBITDA em 2024). Para os próximos exercícios o índice será de 2,5 vezes o EBITDA.

EBITDA ajustado - Consolidado	Nota	2025	2024
Resultado do exercício		(29.141)	5.353
(+) Resultado financeiro líquido	25	25.657	26.786
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	18	(12.654)	8.953
(+) Depreciações	22	24.003	22.436
(+) Amortizações		7.803	5.159
(=) EBITDA (ii)		<u>15.668</u>	<u>68.687</u>
Dívida líquida/ EBITDA (ajustado)		2025	2024
(+) Saldo de empréstimos e financiamentos no passivo circulante	13	14.464	29.331
(+) Saldo de arrendamentos no passivo circulante		6.628	4.829
(+) Saldo de debêntures no passivo circulante	14	9.796	16.551
(+) Saldo de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante	13	11.321	7.893
(+) Saldo de arrendamentos no passivo não circulante		17.163	6.357
(+) Saldo de debêntures no passivo não circulante	14	75.919	89.400
(+) Saldo de outras contas a pagar - aquisição de investimento	16	1.194	3.192
(-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa	5	(39.303)	(29.876)
(-) Saldo de superveniências tributárias ativas (-) superveniências tributárias passivas	7	11.456	6.263
(=) Dívida líquida (i)		<u>108.638</u>	<u>133.940</u>
(=) Dívida líquida / EBITDA (i)/(ii)		<u>6,93</u>	<u>1,95</u>

O Grupo possui a obrigação contratual de entrega das demonstrações financeiras auditadas no prazo máximo de 90 dias da data base.

Aging saldo não circulante

Os montantes no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	55.882	-	55.882
2027	29.387	21.854	29.387	21.854
2028	29.388	11.664	29.388	11.664
2029	17.144	-	17.144	-
	<u>75.919</u>	<u>89.400</u>	<u>75.919</u>	<u>89.400</u>

15 Salários e ordenados a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários a pagar	9.463	7.320	9.477	11.565
Provisão de férias	14.593	8.853	15.833	16.137
Encargos e outros	2.931	2.139	3.428	4.134
Provisão de bônus	6.000	4.000	6.000	4.000
	32.987	22.312	34.738	35.836

16 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adicional por conta e ordem do comprador	1.194	3.192	1.194	3.192
Provisões diversas	4.429	2.214	4.612	2.397
Outras contas a pagar (i)	2.224	6.290	1.934	18.655
	7.847	11.696	7.740	24.244
Circulante	1.795	8.998	1.505	20.614
Não circulante	6.052	2.699	6.235	3.630

i) Refere-se ao contas a pagar aquisição São Francisco Resgate.

17 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controlada, no curso normal de suas atividades, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

A composição do saldo é a seguir apresentada

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cível	-	192	-	1.370
Trabalhista	39.352	5.994	39.678	27.776
	39.352	6.186	39.678	29.146

A movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

Controladora

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-	1.397	1.397
Constituição de provisão	192	1.802	1.994
Saldo incorporado na aquisição de combinação de negócios (nota 2.3.1) (b)	-	2795	2.795
Saldos em 31 de dezembro de 2024	192	5.994	6.186
Constituição de provisão (própria)	-	3.180	3.180
Reversão de provisão (própria)	(192)	(9.470)	(9.662)
Ajuste de provisão possível (supervenientes)	-	6.792	6.792
Registro de provisão provável (supervenientes)	-	11.138	11.138
Saldo incorporado SFR	-	21.718	21.718
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	39.352	39.352

Consolidado

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	341	23.859	24.200
Reversão de provisão	(341)	(6.997)	(7.338)
Constituição de provisão	1.370	6.844	8.214
Saldo incorporado na aquisição de combinação de negócios (nota 2.3.1) (b)	-	4.070	4.070
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.370	27.776	29.146
Constituição de provisão (própria)	-	3.180	3.180
Reversão de provisão (própria)	(1.370)	(9.208)	(10.578)
Ajuste de provisão possível (supervenientes)	-	6.792	6.792
Registro de provisão provável (supervenientes)	-	11.138	11.138
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	39.678	39.678

As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações por equiparação trabalhista ajuizadas por ex-funcionários e terceiros.

A Companhia e sua controlada possuem processos de natureza trabalhista e cível, em andamento, cuja natureza decorre, substancialmente, de questionamentos de horas extras cuja probabilidade de perda, com base na avaliação dos consultores jurídicos, é possível. O valor das contingências possíveis em 31 de dezembro de 2025 é no valor aproximado de R\$ 70.447 (R\$ 25.892 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e o montante do consolidado é de aproximadamente R\$ 79.510 (R\$ 57.108 em 31 de dezembro de 2024), não tendo sido constituída, dessa forma, provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigentes.

Depósitos judiciais

Para as contingências da controladora e do consolidado apresentadas acima, existem depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 cujo montante da controladora é de R\$ 5.759 (R\$ 1.231 em 31 de dezembro de 2024) e o montante do consolidado é de R\$ 7.432 (R\$ 7.165 em 31 de dezembro de 2024).

a. Processos restituíveis e depósitos judiciais reembolsáveis – Consolidado

Na aquisição da controlada São Francisco Resgate Ltda. no ano de 2023, foi acordado que a vendedora deverá restituir a Companhia referente aos processos judiciais existentes até a data do *closing* líquido dos depósitos judiciais. Os processos e depósitos judiciais foram mensurados a valor justo na data de aquisição e estão descritos abaixo:

	31 de dezembro de 2024		
	Saldos conforme livros contábeis	Valor justo identificado	Saldos a valor justo
Depósitos judiciais	2.940	-	2.940
Ativo indenizatório de contingência (i)	-	19.575	19.575
Total dos ativos	2.940	19.575	22.515
	31 de dezembro de 2025		
	Saldos conforme livros contábeis	Valor justo identificado	Saldos a valor justo
Depósitos judiciais	2.940	-	2.940
Ativo indenizatório de contingência (i)	-	29.574	29.574
Total dos ativos	2.940	29.574	32.514

(i) A movimentação não terá efeito no resultado, em função do direito de reembolso.

b. Processos judiciais – aquisição Falck Fire & Safety do Brasil Ltda.

Na aquisição da Falck Fire & Safety do Brasil Ltda. realizado em outubro de 2024, ficou acordado entre as partes que a vendedora não possui responsabilidade pelos processos existentes, os processos foram mensurados a valor justo na data do *closing* e registrados, conforme demonstramos abaixo:

	31 de dezembro de 2025		
	Saldos conforme livros contábeis (i)	Valor justo identificado (ii)	Saldos a valor justo
Contingências	1.275	2.795	4.070
Total do passivo	1.275	2.795	4.070

(i) Saldo registrado no balanço de abertura da controlada Falck Fire & Safety do Brasil Ltda. e compõe o saldo apresentado no consolidado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Saldo apresentado no passivo não circulante da controladora E&P Infraestrutura S.A. Não houve alteração de valor justo dos processos em 31 de dezembro de 2025.

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de saldos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.693	1.135	5.028	5.226
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	3.947	3.388	4.277	5.883
Total a recuperar	8.640	4.523	9.305	11.109

b. Composição imposto de renda diferido

Abertura por empresa	2025	2024
Controladora	-	(12.237)
São Francisco Resgate Ltda.	<i>saldo incorporado</i>	(1.596)
Total imposto de renda e contribuição social diferida - Passivo	-	(13.833)
Controladora	1.967	-
São Francisco Atendimento Emergencial Ltda.	19	1.568
Total imposto de renda e contribuição social diferida - Ativo	1.986	1.568

Base de cálculo do ativo diferido - Controladora

	2025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	267
Provisão para contingências trabalhistas	8.365
Contingências aquisição Falck Fire	2.796
Provisão para bônus	6.000
Provisão para despesas operacionais	4.000
Provisão para dissídio	429
Provisão para clientes não faturados	(35.949)
Provisão PIS s/ receita não faturada	246
Provisão Cofins s/ receita não faturada	1.077
Provisão ISS s/ receita não faturada	1.232
Amortização do direito de uso	11.179
Juros s/ arrendamento mercantil	6.184
Contraprestação do arrendamento mercantil	(15.874)
Amortização do direito de uso	8.035
Depreciação societária	(21.177)
Depreciação fiscal	(24.333)
Prejuízo fiscal corrente	53.307
	5.784
Aliquota do IRPJ/CSLL	34%
Valor do IRPJ/CSLL Diferidos	1.967

Base de cálculo do ativo diferido – São Francisco Atendimento Emergencial Ltda.

	2025
Provisão para contingências trabalhistas	326
Provisão para despesas operacionais	183
Provisão para clientes não faturados	(1.320)
Provisão PIS s/ receita não faturada	9
Provisão Cofins s/ receita não faturada	40
Provisão ISS s/ receita não faturada	66
Prejuízo fiscal corrente	753
	57
Aliquota do IRPJ/CSLL	34%
Valor do IRPJ/CSLL Diferidos	19
Total imposto de renda e contribuição social - Consolidado	1.986

	<u>2024</u>	<u>2024</u>
	Passivo diferido Controladora	Passivo diferido Consolidado
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	267
Provisão para contingências trabalhistas	3.390	12.986
Contingências aquisição Falck Fire	2.796	2.796
Provisão para bônus	4.000	4.000
Provisão para despesas operacionais	2.214	2.214
Provisão para dissídio	300	974
Provisão para clientes não faturados	(21.170)	(37.454)
Provisão PIS s/ receita não faturada	61	113
Provisão Cofins s/ receita não faturada	283	525
Provisão ISS s/ receita não faturada	199	360
Amortização do direito de uso	4.573	5.800
Juros s/ arrendamento mercantil	3.120	3.611
Contraprestação do arrendamento mercantil	(6.661)	(8.264)
Amortização do valor justo	6.900	6.900
Depreciação societária	(26.702)	(28.820)
Depreciação fiscal	(9.295)	(9.295)
Prejuízo fiscal corrente	-	2.602
	<u>(35.992)</u>	<u>(40.685)</u>
Alíquota do IRPJ/CSLL	34%	34%
Valor do IRPJ/CSLL Diferidos	<u>(12.237)</u>	<u>(13.833)</u>
		Ativo diferido
Provisão para contingências trabalhistas	-	2.911
Prejuízo fiscal corrente	-	1.701
	<u>-</u>	<u>4.612</u>
	34%	34%
	<u>-</u>	<u>1.568</u>

c. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(Prejuízo) Lucro antes dos IRPJ/CSLL	(43.423)	10.675	(41.795)	14.306
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	<u>14.764</u>	<u>(3.630)</u>	<u>14.210</u>	<u>(4.864)</u>
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Outras adições e exclusões	(482)	(1.693)	(1.556)	(4.089)
Imposto de renda e contribuição social total:				
Diferido	<u>14.282</u>	<u>(5.322)</u>	<u>12.654</u>	<u>(8.953)</u>
	<u>14.282</u>	<u>(5.322)</u>	<u>12.654</u>	<u>(8.953)</u>
	-33%	-35%	-30%	-47%

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está totalmente integralizado e representado por 46.751 ações a R\$ 4 cada (32.163 ações em 2024 a R\$ 6 cada), distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações 2025	Capital subscrito 2025	Quantidade de ações 2024	Capital subscrito 2024
PCS II PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	35.989	206.624	24.759	156.574
PFMC Empreendimentos e Participações Ltda.	10.762	61.788	7.404	46.822
Total	46.751	268.412	32.163	203.396

Acionistas	Quantidade de ações 2024	Capital subscrito 2024	Quantidade de ações 2023	Capital subscrito 2023
PCS II PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	24.759	156.574	20.003	122.595
PFMC Empreendimentos e Participações Ltda.	7.404	46.822	7.404	45.378
EVR Holding Administração e Participações Ltda.	-	-	4.756	29.149
Total	32.163	203.396	32.163	197.122

Durante o exercício de 2024 o acionista PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia adquiriu as ações de EVR Holding Administração e Participações LTDA.

Em 3 de fevereiro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 160.000, com a emissão de 10.820 ações preferenciais da classe A.

Em 24 de fevereiro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social da Companhia, fruto da cisão, incorporando R\$ 52 a título de capital social.

Em 4 de dezembro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social da Companhia de R\$ 43.332, a título de capital social.

Em 2 de julho de 2025, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 25.001 (R\$ 19.247 aportados por PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e R\$ 5.754 aportados por PFMC Empreendimentos e Participações Ltda.), com a emissão de 4.897 ações, sendo 2.084 ações ordinárias, 2.001 ações preferenciais de classe A e 812 ações preferenciais de classe B.

Em 30 de abril de 2025, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 25.011 (R\$ 19.254 aportados por PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e R\$ 5.757 aportados por PFMC Empreendimentos e Participações Ltda.), com a emissão de 5.952 ações, sendo 2.532 ações ordinárias, 2.433 ações preferenciais de classe A e 987 ações preferenciais de classe B.

Em 3 de novembro de 2025, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 15.004 (R\$ 11.549 aportados por PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e R\$ 3.455 aportados por PFMC Empreendimentos e Participações Ltda.), com a emissão de 3.739 ações ordinárias.

b. Distribuição de lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, desde que sejam distribuídos pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de todo o exercício, e desde que haja caixa suficiente.

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20 Partes relacionadas

a. Controlador final

O controlador final é o fundo de investimento PCS II Principal fundo de investimento em participações multiestratégia, com 76,98% de participação direta.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

Os valores pagos no exercício, para os principais executivos da Companhia foi de R\$ 2.300 (R\$ 2.185 em 2024).

c. Transações entre controladora e controlada

A controladora possui contrato de serviços compartilhados com a controlada São Francisco Atendimento Emergencial Ltda. pelo compartilhamento dos serviços administrativos, e para o exercício de 2025 foi gerado na controladora receita de R\$ 6.670 (R\$ 16.218 em 2024), e despesa na controlada São Francisco Atendimento emergencial no mesmo valor. O saldo a receber da controladora com a controlada foi de R\$ 225 em 2025 (R\$ 3.256 em 2024).

d. Transações com E.A.R. Construções e Instalações Ltda.

Até 31 de dezembro de 2025 e 2024 a E&P Infraestrutura S.A. possui saldos de contratos de empréstimos originados da cisão, porém não transferidos para a Cia. A empresa E.A.R. se responsabiliza pelos pagamentos pontuais, sendo reembolsada pela E&P Infraestrutura S.A..

21 Receita de prestação de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita com manutenção e conservação	263.842	341.113	265.507	349.171
Receita com prestação de serviço de remoção	172.977		206.139	223.211
Receita com brigada de incêndio	-		17.532	3.983
	436.819	341.113	489.178	576.365
Impostos sobre vendas	(30.841)	(25.215)	(34.401)	(39.073)
	405.978	315.898	454.777	537.292

O Grupo possui 3 cliente e/ou grupo econômicos que individualmente representam acima de 10% sobre a receita total.

22 Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Materiais	(3.180)	(1.979)	(3.338)	(3.713)
Mão-de-obra direta	(203.654)	(130.926)	(232.156)	(233.159)
Mão-de-obra indireta	(69.615)	(21.956)	(74.709)	(75.021)
Material auxiliar e insumos	(73.367)	(78.716)	(74.795)	(92.257)
Depreciação	(23.685)	(8.295)	(24.944)	(22.436)
Energia elétrica e água	(319)	(239)	(348)	(453)
Outros	(17.454)	(16.619)	(18.046)	(20.947)
	(391.274)	(258.730)	(428.336)	(447.986)

23 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesa com pessoal	(18.846)	(19.240)	(19.920)	(23.200)
Serviços de terceiros	(466)	(164)	(482)	(377)
Despesa tributária	(474)	(455)	(595)	(636)
Viagens e estadias	(1.808)	(1.327)	(1.899)	(2.059)
Processos judiciais	(4.083)	(2.773)	(3.725)	(1.331)
Amortização da carteira de clientes	(1.482)	(612)	(1.482)	(612)
Outros (i)	(17.825)	(2.925)	(20.683)	(22.699)
	(44.984)	(27.496)	(48.786)	(50.914)

(i) Refere-se principalmente a serviço de consultoria empresarial R\$ 9.097 e amortização de direito de uso.

24 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda de imobilizado	2.460	989	2.626	2.700
Receita c/ serviços compartilhados	5.000	-	-	-
Outras receitas e despesas	5.095	-	3.581	-
	12.555	989	6.207	2.700

25 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	57	45	58	69
Receitas aplicações financeiras	2.439	1.472	2.684	2.278
Outras receitas financeiras	42	306	41	314
Atualização monetária	1.684	-	1.696	-
	4.222	1.823	4.479	2.661
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas bancárias	-	(132)	-	(152)
Despesas de juros	(24.616)	(21.112)	(24.635)	(21.130)
Descontos concedidos	(1.524)	(380)	(1.524)	(438)
Juros s/ contratos de arrendamento	(2.520)	(3.120)	(2.555)	(3.600)
Juros s/ aquisição de empresas	30	(931)	30	(931)
Outras despesas financeiras	(1.443)	(3.196)	(1.453)	(3.196)
	(30.073)	(28.871)	(30.136)	(29.447)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(25.851)	(27.048)	(25.657)	(26.786)

26 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Grupo.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais foram incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes ou de aplicações financeiras.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. O Grupo estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

O Grupo estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua

estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais que o Grupo entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

Relativamente aos mútuos com partes relacionadas esses são realizados com empresas consideradas parceiras na realização e expansão dos negócios do Grupo, portanto, consideradas de baixo risco.

No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	38.804	21.238	39.303	29.876
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6)	100.941	76.929	103.934	104.867
	139.745	98.167	143.237	134.743

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Tipicamente, o Grupo garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Controladora	Valor contábil	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 03 anos	03 a 05 anos
Fornecedores (nota explicativa nº 12)	14.341	14.341	14.341	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)	25.785	38.801	10.232	10.133	15.290	3.146	-
Debêntures (nota explicativa nº 14)	85.715	118.673	7.445	17.274	75.816	18.138	-
Salários a pagar (nota explicativa nº 15)	32.987	32.987	32.987	-	-	-	-
Outras contas a pagar (nota explicativa nº 16)	7.847	8.246	1.623	523	4.482	-	1.618
	166.675	213.048	66.628	27.930	95.588	21.284	1.618

Consolidado

	Valor contábil	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 03 anos	03 a 05 anos
Fornecedores (nota explicativa nº 12)	14.506	14.506	14.506	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)	25.785	38.801	10.232	10.133	15.290	3.146	-
Debêntures (nota explicativa nº 14)	85.715	118.673	7.445	17.274	75.816	18.138	-
Salários a pagar (nota explicativa nº 15)	34.738	34.738	34.738	-	-	-	-
Outras contas a pagar (nota explicativa nº 16)	7.740	8.148	1.525	523	4.482	-	1.618
	168.484	214.866	68.446	27.930	95.588	21.284	1.618

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo.

O cumprimento com as normas do Grupo é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Controladoria do Grupo. Os resultados das análises da Controladoria são discutidos com a administração do Grupo.

Gestão do capital

A gestão de capital da Companhia e de sua controlada, é feita de forma a equilibrar as fontes de recursos próprias e de terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e credores.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total do passivo	257.438	229.888	259.778	300.401
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(38.804)	(21.238)	(39.303)	(29.876)
Dívida líquida (A)	218.634	208.650	220.475	270.525
Total do patrimônio líquido (B)	188.094	152.219	188.094	152.219
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	116%	137%	117%	178%

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	38.804	21.238	39.303	29.876
Contas a receber de clientes	100.941	76.929	103.934	104.867
Depósitos judiciais	5.759	1.231	7.432	6.925
Outras contas a receber	6.099	5.180	6.153	5.772
	151.603	104.578	156.822	147.440
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	14.341	16.217	14.506	18.630
Empréstimos e financiamentos	25.785	37.224	25.785	37.224
Debentures	85.715	105.951	85.715	105.951
Outras contas a pagar	7.847	12.305	7.740	24.244
	133.688	171.697	133.746	186.049

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.”

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores de mercado dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos por meio da metodologia acima, não apresentam mudança em relação ao valor contábil apresentado, conforme classificação dos instrumentos financeiros.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está

classificado no nível 2.

27 Transações não envolvendo caixa

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Aquisição São Francisco Resgate – Outras contas a pagar (nota explicativa nº 16)	1.194	3.192
Aquisição imobilizado – Imobilizado (nota explicativa nº 9)	-	10.064

* * *